

## A CONTRIBUIÇÃO DAS CITAÇÕES AO PATHOS NAS NARRATIVAS DE IMPRENSA

Claire Sukiennik<sup>i</sup>

**Resumo:** Forma de discurso narrado, a citação se dá como um efeito de objetividade no momento em que ela constitui realmente um lugar de exploração inesperado e paradoxal do *pathos*. Nos artigos de imprensa sobre a batalha de Jénine (outubro de 2002), o jornalista, preocupado em preservar seu *ethos* de narrador fiel dos dizeres de outrem, mobiliza a citação, em discurso relatado direto e indireto, dos sobreviventes e dos combatentes do campo de refugiados. Todavia, a escolha e a disposição das citações na escritura jornalística contribuem para a montagem narrativa e constituem uma maneira fácil para o jornalista portar julgamentos avaliativos. Ademais, as citações são dadas através de uma descontextualização da situação de guerra e de suas questões. Essa omissão de informação contribui para um palavreado patético que se torna um fim em si e se substitui à informação que permite compreender o conflito.

**Palavras-chave:** Descontextualização. Discurso relatado. Efeito de objetividade.

**Abstract:** The quotation is a form of reported speech presented as an effect of objectivity whereas it actually allows for an unexpected and paradoxical exploitation of *pathos*. In the media reports on the Battle of Jenin (October 2002), quotes, as direct reported speech and indirect reported speech, of the refugee camp survivors and fighters are selected by the journalists, anxious to preserve their *ethos* of faithful reporters of the others' words. However, the choice and the arrangement of the characters' quotes contribute to the narrative editing, and appear as an easy way for the journalist to express evaluative judgments. Moreover, quotations are presented through a de-contextualization of the war situation. This omission of information contributes to a pathetic wording which becomes an end in itself and replaces the data needed to understand the conflict.

**Keywords:** De-contextualization. Reported speech. Effect of objectivity.

---

<sup>i</sup> Doutora pela Universidade Bar-Ilan, Israel.

## Introdução

Este artigo objetiva dar conta de um tipo inesperado de exploração da citação: o apelo à piedade. No discurso jornalístico, a função clássica da citação é considerada ser a reprodução “objetiva” que um locutor do enunciado efetua a outro locutor. Mas ao se observar detidamente, trata-se apenas de aparência de neutralidade. Forma de discurso relatado direto, a citação se dá como um efeito de objetividade no momento em que ela oferece realmente ao *pathos* um lugar de inscrição paradoxal.

O *corpus* analisado é composto de textos jornalísticos franceses que relatam a batalha de Jénine, em abril de 2002, que constitui um acontecimento marcante na paisagem política do conflito israelítico-palestino, e que transtornou a opinião pública. De 3 a 10 de abril de 2002, a operação israelita “Muro de proteção” foi conduzida contra infraestruturas terroristas no campo de refugiados de Jénine, situado no norte da Judeia-Samária. A decisão tinha sido tomada por responsáveis israelitas após o atentado perpetrado no Hotel Park em Netanya no mês de março de 2002, uma tarde de festa, atentado que fizera mais de dezesseis mortos e cento e quarenta feridos. Durante os combates no campo de refugiados de Jénine, as imprensas europeia e internacional haviam denunciado o massacre de mais de 500 civis antes que o balanço não fosse revisto por baixo: o relatório da ONU sobre Jénine estabeleceu em seguida um balanço de 52 mortos palestinos, metade dos quais de civis, e de 23 mortos entre os soldados israelitas.

A tese do “massacre” tem sido apresentada, não obstante, nos textos de imprensa que procuram “fazer saber” e pôr em cena os protagonistas do conflito e relatar o drama. A visão palestina foi assim reforçada pelo sobrelanço midiático. Ademais, a violência dos combates e a destruição no campo de Jénine foram traduzidas e mediatizadas pela escolha de práticas discursivas que fazem apelo ao *pathos* através do manejo do discurso relatado, e bem particularmente da citação, a fim de mostrar os sofrimentos dos habitantes de Jénine e de fazer nascer a compaixão, mas também para suscitar o medo e o terror, acautelando-se para não infringir as regras deontológicas que prescrevem um dever de imparcialidade.

## 1. Citação e discurso relatado

Assim, na batalha de Jénine, as conversas dos sobreviventes e dos combatentes do campo de refugiados são relatadas por meio de discursos diretos e indiretos. São testemunhas que foram selecionadas e citadas pelo jornalista. Na narrativa do “massacre”, algumas suscitam a compaixão, outras incitam a violência e acusam o exército israelense. Falar-se-á de citação logo que o enunciado de um locutor é reproduzido pelo discurso relatado direto. O emprego de citações é frequente na narrativa de personagens que relatam o drama.

Há discurso relatado (DR) logo que um enunciador julga relatar conversas mantidas por ele mesmo ou por outro locutor numa situação de enunciação. Para Laurence Rosier (2008), o DR reagrupa todas as “formas linguísticas que marcam, de maneira mais ou menos unívoca, o discurso de outrem” (ROSIER, 2008, p. XX). O autor leva em conta três questões: a) a designação e a identificação de diferentes assuntos e de seus discursos; b) as fronteiras entre DR e formas de dialogismo ou de polifonia mais disfarçadas e c) as ligações entre as visões, as atitudes encenadas no discurso e na palavra relatada. O essencial é que aqui, no DR, o já-dito atravessa o discurso, que lhe faz em troca sofrer transformações ou o retrabalha. Deve-se aqui reatar a concepção da polifonia de Ducrot (1984): um mesmo enunciado faz ouvir várias vozes. Ducrot distingue, entretanto entre o locutor/enunciador (E1) que se encarrega da gestão global do enunciado, mas que é unicamente responsável por seus próprios ditos, e cada uma das vozes integradas (E2) (discursos relatados) que assumiria só a responsabilidade de seu “ponto de vista”. Se há preocupação de não aparecer como enunciador de uma palavra dada e desejoso de se desencarregar da responsabilidade da enunciação, o locutor pode escolher a estratégia do discurso relatado.

Escolhi tratar da citação como discurso relatado direto na sua diferença com o discurso indireto. Eu desejaria primeiramente voltar sobre esses procedimentos distintos um do outro e daí lembrar as definições.

No discurso direto, os dois atos da enunciação são distintos, pois são relacionados com as suas situações de enunciação: o discurso que cita<sup>1</sup> (enunciador primeiro) e o discurso citado (segundo enunciador)

---

1 « Essa disjunção é claramente manifestada na escrita pela presença de aspas, que fazem o papel de uma fronteira intangível entre as duas enunciações. No oral, é o contexto linguístico que marca essa fronteira, eventualmente secundada por uma mudança nítida na voz quando da passagem ao discurso citado. » (MAINGUENEAU, 1984, p. 121-122)

(MAINGUENEAU, 1984, p. 121-122). O discurso que cita e o discurso citado possuem, cada um, uma marcação distinta por suas aparelhagens. Se estiver no estilo direto, o discurso relatado distinguir-se-á geralmente no plano da tipografia por aspas e itálico. Um verbo introdutor é, em geral (mas não obrigatoriamente), colocado diante do discurso citado ou em sua sequência, em inciso. Para Maingueneau e Charaudeau<sup>2</sup>, a “fidelidade” do discurso direto é uma ilusão. Maingueneau (1984, p. 122) invoca o argumento das escolhas que o relator pode fazer.

Quando se reflete nisso, o simples fato de escolher tal ou tal fragmento de um enunciado para relatá-lo constitui já uma operação com implicações consideráveis. Pois tal escolha constitui uma intervenção do locutor que não é neutro, mesmo se este tenta apresentá-la como uma supressão enunciativa, donde a importância do *ethos* do locutor que organiza o ponto de vista dos enunciadorees aos quais dá a palavra. Com efeito, a escolha ou omissão de uma parte do enunciado pode resultar de considerações pessoais, ideológicas, afetivas etc. O enunciadoree pode negar a responsabilidade das conversações, pois pode sempre afirmar que apenas cita, mas o fato de escolher citar tal personagem e tais dizeres pode ser considerado em si como uma tomada de posição. Ele pode não assumir as conversações citadas, mas não pode negar a responsabilidade de sua escolha.

Quanto ao discurso indireto, para Maingueneau (1984), este não é uma reprodução do enunciado original, mas a versão que dele dá o relator. Todos os traços da enunciação do discurso citado (aparelhagens, interrogações etc.) são apagados em proveito do discurso que cita. O discurso indireto caracteriza-se sintaticamente por um verbo introdutor seguido de uma completiva objeto. Coloca notadamente a questão do *ethos* do enunciadoree: efetivamente, como Maingueneau o indica (1984, p. 123), encarregando-se das conversações de outrem, o relator dá certa imagem de si mesmo, remete a suas posições ideológicas e afetivas pessoais. O autor justifica esse ponto de vista observando que o discurso indireto é por essência “distante” do enunciado original, pois pode ser relatado de várias maneiras diferentes. Com exceção do verbo introdutor “dizer”, que pode ser considerado como neutro, outros verbos que têm uma força locutória vão transmitir informações sobre o ato concluído e orientar-lhe a interpretação. Esses verbos, diz ele,

---

<sup>2</sup> Os autores do *Dictionnaire de l'analyse du discours* (2002) abandonaram a ideia segundo a qual o discurso direto seria mais fiel que o discurso indireto e reproduziria palavras efetivamente *sutis*.

(MAINGUENEAU, 1984, p. 125) são “alguns meios eficazes e discretos dos quais o relator dispõe para impor certa leitura a seu destinatário”. O autor remete, por exemplo, às diversas versões ao discurso indireto que jornais politicamente opostos de “mesmas” palavras de um homem político propõem. (Ver o exemplo no parágrafo 6 sobre as declarações das associações humanitárias no qual uma longa citação do representante da ONU no *Le Nouvel Observateur* é relatada de maneira reduzida num outro enunciado citado pelo *Le Monde*.).

Maingueneau abunda no sentido de Kerbrat-Orecchioni sobre a ideia de que o discurso direto permanece no discurso relatado. Para Kerbrat-Orecchioni (1999, p. 187), a reprodução “objetiva” por um locutor do enunciado de um outro locutor sob a forma da citação se inscreve no quadro de utilização de certo número de estratégias que permitem ao locutor, mantendo-se num relativo anonimato, levar julgamentos subjetivos avaliativos. Estes são essencialmente:

o disfarce do sujeito individual atrás de um sujeito coletivo, a utilização da muralha das citações cujo estatuto é ambíguo, pois elas revelam ao mesmo tempo discurso objetivo [o jornalista se anula atrás dos protagonistas ou personagens] e subjetivo [mesmo se o jornalista não acompanha a citação de índices contextuais de adesão/rejeição], e a intervenção na própria seleção da pessoa e da sequência citadas. (KERBRAT-ORECCHIONI, 1999, p.187)

Ducrot (1984), este também, permanece cético quanto à conformidade das palavras relatadas pelo discurso direto que “não visa necessariamente a uma reprodução literal”.

Qual é então o estatuto da citação enquanto reprodução de um enunciado no discurso direto<sup>3</sup>? Por sua pretensão em responder a uma ética da palavra exata e da objetividade, a citação – para olhar aí de mais perto – ilude. Vou tentar mostrar que a disposição das citações de personagens na escritura jornalística contribui para a montagem narrativa e participa da textualização: as citações em inciso nos discursos constituem para o jornalista maneira fácil e eficaz de levar julgamentos avaliativos. Já que é um drama que se relata, o reexame dos temas do sofrimento, da morte, da destruição, enunciados pelas personagens nas citações, e de maneira implícita ou

---

3 Cf. Mouillaud e Tétu, *Le journal Quotidien* (1989, p. 132), sobre o princípio do esquema bakhtiniano: “a reprodução (ou citação) põe em presença universos de discursos diferentes que devem ser articulados no interior de uma enunciação única, aquela do locutor que reproduz o enunciado de outro locutor”.

subrepticamente pelo jornalista, contribui para um além-do-dito (uma exageração) do *pathos*.

Notemos que a construção do *pathos* no DR pode também fazer-se a partir de enunciados aparentemente neutros. Aqui está o ponto forte da tese de Plantin (1992<sup>4</sup>) segundo a qual “certos enunciados podem suscitar emoção mesmo não contendo nem termo de emoção nem expressão que permitam recuperar um termo de emoção”. Segundo o pesquisador, as emoções podem ser deduzidas a partir de enunciados aparentemente neutros, convencionais, que não contêm termos de emoção – por exemplo, “crianças morrem de fome e de sede no deserto” – mas que têm uma orientação emocional em razão do tema da infância e da fome. A primeira regra lhe permanece nos olhos como para comover; é necessário falar de coisas comoventes para o público visado.

Recordamo-nos de que o *pathos* é um dos três tipos de argumentos (*logos, ethos, pathos*) da *Retórica* das provas de Aristóteles, destinados a modificar a atitude, ou a opinião do auditório, ou ainda a persuadi-lo ao fazer nascerem emoções ou estado de ânimo desejado. No capítulo VIII “Da piedade” (*op. cit.*, p. 219-22), na *Retórica*, Aristóteles recenseia o que pode suscitar a piedade, notadamente a destruição: “Dentre as coisas afligentes e dolorosas, todas aquelas que levam à destruição suscitam a piedade assim como aquelas que suprimem um bem, e aquelas cujo reencontro acidental é uma causa de graves infelicidades”. Aristóteles especifica na sequência (IX): “São coisas dolorosas e causas de perda: a morte, a flagelação, as enfermidades, a velhice, as doenças, a falta de alimentação”. Nessa perspectiva, selecionei vários temas recorrentes nas citações que relatam a ação de Tsalal em Jénine e suas repercussões, e me proponho a analisar daí as estratégias discursivas.

## **2. A narrativa de detenção da vítima: a descontextualização da situação de guerra e suas perdas e ganhos**

Há enunciados relatados no discurso direto que não contêm verbos em inciso – como “dizer”, “afirmar” – e que parecem ser a continuação natural da narrativa, sem que haja ruptura. Constituem um degrau particularmente forte do efeito de objetividade ou do efeito do real (MOUILLAUD e TÉTU, 1989, p.

---

4 Documento não paginado.

128-147). Somente as aspas ou o itálico indicam a transformação do discurso em discurso direto.

A marcação temporal se opera com a ajuda de uma engrenagem (“na última quinta-feira”) e se fica sabendo que “na última quinta-feira” é o primeiro dia da reocupação de Naplouse (sendo que o sinal de marcação, o dia da aparição do cotidiano, seja a sexta-feira, 12 de abril). O nome da escola “Gamal Abdel Nasser” participa como um efeito de autenticação. Primeiramente, a informação toma a forma de uma narrativa relatada pelo jornalista e completada pela citação. A narração é feita no passado composto e não rompe com a citação, igualmente no passado composto. O passado composto mantém por natureza uma ligação viva com o presente. Somente as marcas tipográficas, as aspas e o itálico permitem distinguir os dois enunciadores. As palavras citadas são o prolongamento da narração feita pelo jornalista (“Jihad, seu irmão e seu pai foram presos na última quinta-feira, desde o primeiro dia da reocupação de Naplouse”) que se transforma em narrativa. Elas criam o acontecimento e obtêm o estatuto de fato que desde então não pode ser refutado. Retomo aqui a fórmula de Mouillaud e Tétu (idem), segundo a qual o enunciador do discurso relatado e o enunciador primário (aparentemente “Jihad”) “estão em concorrência, cuja aposta é o real”. É o jornal que é o mestre do estatuto que ele assina pelas vozes relatadas, de seu poder de asserção sobre o real. Reproduzindo o discurso do combatente, o jornal lhe confere um poder, aquele de dizer o real. O real colocado pelo enunciado é discurso autêntico.

A identidade do locutor não é explicitamente mencionada. Seria Jihad? Seu irmão? Seu pai? Supõe-se que é Jihad quem fala (discurso direto) em nome do irmão e do pai, em razão do pronome pessoal “nós”. “Nós” opõe-se a “se, aqueles, eles” que se referem aos soldados (não-pessoa dos soldados que são o alvo da acusação) e que acentuam a dicotomia: força (os soldados) / submissão (os detidos; “nós” é um pronome substituto, uma soma de indivíduos determinados (Jihad, seu irmão, seu pai que são os antecedentes). Os soldados são o antecedente do “eles” coletivo e do indeterminativo “se”.

Para Catherine Kerbrat-Orecchioni, as aspas fazem entrar no domínio da propriedade privada, donde a importância de restituir delas a paternidade. Dito de outro modo, ao citar, apropriamo-nos das conversações de outros e fazemo-nos de certa maneira abonadores de suas verdades. Pode-se supor que o narrador das conversações compartilha da opinião do enunciador, se

não há comentário ou se há silêncio metalinguístico do enunciador (jornalista). Para Maingueneau, o discurso direto permanece discurso relatado: as conversas citadas não são unicamente assumidas por seu enunciador efetivo, Jihad, mas também pelo jornalista que as assimila em seu discurso.

Certas descrições podem suscitar reminiscências de acontecimentos passados junto ao leitor que compartilha de um saber comum com o jornalista: a triagem entre jovens e velhos pode assim trazer à memória imagens da Shoah. A imagem se impõe a todo leitor que fará rapidamente a relação. Tal mecanismo cria um efeito patético e compassional. O autor cria as condições de possibilidade de analogia deixando na sombra o contexto, as diferenças, descontextualizando. Efetivamente, estão lá dois contextos sócio-históricos absolutamente diferentes: a ocupação nazista e a deportação de judeus em face da situação de guerra israelítico-palestina e do combate conduzido por Israel contra o terrorismo. Os paralelos tornaram-se possível pela memória coletiva. Aliás, o verbo *pris* (*tomado, pego*) na frase da narrativa, de aparência insignificante, traz à memória também o eufemismo utilizado durante a segunda guerra mundial: “foram pegos (*ils ont été pris*) pelos alemães”, para significar “presos” e “deportados” (o jornalista teria podido dizer simplesmente que eles foram presos pelos soldados e explicar disso os motivos). A descontextualização contribui assim para o vocabulário patético e cria as condições de possibilidade de analogia.

A polifonia implica mistura de níveis de linguagem, pois cada voz fala diferentemente. Relatar uma palavra que se apresenta autêntica cria um efeito de real e então de objetividade:

Seu irmão caminha encurvado, o dorso moído: “Dormiu-se fora todas as noites salvo a última diretamente sobre o solo, sem cobertor, sem cobertura. Na última noite, tivemos direito a uma tenda, mas era proibido fechá-la apesar do vento” (Libération, 12/04/2002).

O jornalista recorreu a uma expressão figurada familiar: “ter o dorso moído”, que revela o sofrimento de uma personagem no fim, sua dor visceral, após as dificuldades suportadas. Ele mistura os níveis de linguagem: a evolução do registro de “dorso moído” para o registro sustentado da caminhada “encurvada”, procura traduzir a empatia do jornalista que, ao imitar as palavras de Jihad (se são as suas), leva também o leitor a apiedar-se da sorte da personagem. Tal prática vai de par com um *ethos* que se quer próximo e com a escuta do sofrimento. Aliás, as palavras de Jihad obtêm aqui

o estatuto de fato, e o leitor é posto em presença da enunciação, de maneira direta, pela tipografia que permite jogar sobre uma oposição entre o discurso e sua fonte. As conversas de Jihad são aquelas de um detento que sofreu condições de detenção, mas se ignoram as circunstâncias: é o jornalista que domina o contexto, e suas explicações fazem falta. A descontextualização – as causas da detenção não são evocadas – intensifica disso o caráter patético que se torna um fim em si e se substitui com a informação que permite compreender o conflito.

### 3. O leitmotiv do retorno junto a si

“Junto a si”, “junto a nós!” representam a casa, a terra, a propriedade, a pátria – mas o “em minha casa” está ocupado, destruído. Numerosos exemplos o provam:

Várias dezenas de jovens, ao reentrarem em suas casas, foram tomados como alvos por atiradores. “O exército nos colocou em ônibus perto do posto de controle de Howara, conta Jihad. Em seguida coube a nós de nos desembaraçar. Levamos quatro horas para voltar a nossas casas.” (Libération, 11/04/2002).

A referência ao lar é carregada de emoção e sua única evocação basta para comover: é um tema universal. Aliás, o retorno do combatente ao lar é também um tema universal que evoca sentimentos patrióticos. Há assim uma idealização do protagonista palestino, que não tem equivalente no caso dos soldados israelenses. De fato, o tema do retorno para casa é inexistente na apresentação da vertente israelense do conflito (que compreende 150 artigos em meu *corpus*).

Eis aqui um exemplo que cita um soldado israelense, mas não aborda o tema do retorno para casa. No seu leito de hospital de Afula, a cidade mais próxima de Jénine, Dori [nome próprio de um soldado israelense] encontra-se muito abalado. O jovem estava em patrulha quando foi tomado como alvo por um atirador palestino, no mesmo local onde, vinte e quatro horas mais tarde, 13 homens de sua unidade iam ser mortos. A bala o privou de uma parte do estômago e do intestino, mas ele foi salvo *in extremis*. “Tive sorte, reconhece ele, tive a impressão de ter nascido duas vezes. A primeira era havia 29 anos; a segunda, em 8 de abril” (Le Point, 19/04/2002).

Esse exemplo é pouco comum e tem um tom contido.

O retorno ao lar permanece um tema de predileção para os palestinos no campo de refugiados de Jénine: “Como vou fazer para voltar para casa?” (*Libération*, 12/04/2002) exclama Saleh, um adolescente de Beit Fourik, detido ao mesmo tempo que Jihad na velha cidade e solto também terça-feira. Sua aldeia está a mais de 5km de Naplouse e a cidade foi hermeticamente fechada. Depois ele dorme numa ONG palestina ligada à área de saúde.

O ato de enunciação de Saleh marca o despeito e a revolta. O adolescente sem morada e desarmado é privado do lar. O deslocamento de habitantes é sempre patético. Que de mais terrível do que perder sua casa? A informação – para ser completa – deveria, entretanto, especificar os motivos desse desenraizamento: a presença de organizações terroristas no campo, que fazem a lei, e que se instalam junto ao habitante palestino. Todo o artigo repousa sobre o motivo do retorno dos combatentes deslocados: as utilizações sucessivas de “junto a nós, junto a eles, junto a mim” jogam sobre a argumentação do patético. O artigo do *Libération* (11/04/2002) inicia-se por esta reflexão paradoxal particularmente pungente: “Jihad voltou para casa ontem, mas o ‘em sua casa’ não existe mais”. A repetição do “em sua casa” é uma anadiplose, efeito de repetição que redobra a dimensão trágica da situação e que acentua o que o nada tem de patético.

#### **4. O tema da violência: discurso relatado e apresentação polêmica do conflito**

O verbo da proposição do discurso relatado encontra-se em inciso no contexto da citação:

Jihad e seu irmão somente foram libertados terça-feira de manhã. “*Durante todo esse tempo permaneci sem ver a luz*” conta ele mostrando o tecido que lhe servia de faixa e carregando uma carta em hebreu de cor escura (*Libération*, 12/04/2002).

A narrativa de Jihad se processa no passado composto seguido do verbo “conta”. Faltam pormenores para compreender o que se passou: por que os prisioneiros levavam uma faixa que os impedia de ver a luz do sol? Durante quanto tempo? A descontextualização impede de saber quais são os motivos da detenção e há, então, desrealização; há transgressão da máxima de quantidade de Grice (1979, p. 57-72) “que vossa contribuição contenha tanta informação quanto foi requisitado e não mais informação do que foi requisitado”, pois o jornalista não fornece as informações necessárias à compreensão da situação. Pode-se presumir que os palestinos interpelados

tenham uma ligação com o terrorismo, já que a operação “Muralha de proteção” visava pôr em desbarato a infraestrutura terrorista palestina e impedir a reprodução de atentados sangrentos em Israel. Um rápido cálculo permite compreender que Jihad e seu irmão foram detidos durante cinco dias (de quinta a terça-feira) e o dêitico temporal “todo esse tempo” toma seu significado na situação da enunciação reconstruída pelo jornalista. A forma restritiva “não... senão” indica a subjetividade modeladora: “Jihad e seu irmão não foram libertados senão na terça-feira de manhã”, em outros termos: faz cinco dias, é longo, longe do lar. O *pathos* está na obra na falta de informação sobre os motivos de detenção de Jihad e seu irmão, e o que vai ser retido é a ausência de luz e o afastamento da casa familiar, ressentidos como patéticos.

O exemplo abaixo é um caso típico de polifonia. Mostra a passagem para o discurso direto sem verbo, depois ao discurso direto com verbo, e, sem transição, a passagem ao discurso indireto, o que complica a atribuição dos dizeres a cada uma das personagens:

Espancamento. Desde sua chegada, os detentos são interrogados: “Perguntamos o nome, nossa filiação política, se conhecemos alguém entre os combatentes. Os tipos procurados são levados à parte. Põe-se-lhes uma marca vermelha sobre o nariz ou sobre o alto da fronte”. Esses são transferidos para a colônia de Ofer nos arredores de Ramallah. “Quando topam com um tipo procurado, ele é espancado de maneira terrível, conta um outro. Parece que o torturam com eletricidade e que lhe quebram os dedos dos pés.” Outros contam que os soldados enterram um estilete nas feridas daqueles que receberam uma bala ou que se torcem os membros daqueles que têm uma fratura... (Libération, 12/04/2002).

O registro familiar de « espancamento » é retomado por uma das personagens sob a forma do verbo “espancar” (moer de pancada), que é sinônimo de violência. O jornalista se apropria do termo “espancamento”, que é de fato enunciado pelos “detentos”; poder-se-ia ver aí uma forma de empatia. Esses tipos de citação são característicos da polifonia: várias vozes falam na situação de enunciação, espécie de *patchwork* no qual se alternam os dizeres dos jornalistas e aqueles dos “detentos”. “A melhor maneira para um jornalista ser subjetivo sem o demonstrar muito é deixar falar a subjetividade de uma instância, individual ou coletiva, ‘outra’”, afirma Kerbrat-Orecchioni (1999, p. 188). Além disso, o termo “detentos” é neutro. O jornalista não especifica qual lhe é a filiação organizacional, a circunstância, nem seu estatuto. O acento é posto sobre a captura e não sobre as razões da detenção. Pode haver aí várias possibilidades: detento político, detento de direito

comum, terrorista. Isso não é específico. O jornalista relata as conversas dos detentos empregando o “nós” coletivo sem dizer precisamente quem fala. Os protagonistas permanecem vaporosos: são “os detentos” e “um outro”, “outros”. É, de qualquer maneira, uma doxologia que denuncia a “repressão”, uma voz dominante, a “sabedoria das nações” que fala através deles. Na passagem ao discurso indireto (distante do enunciado original) “outros contam<sup>5</sup> que ...”, o jornalista encarrega-se das palavras de outrem, as quais ele transforma (guardando, todavia, o mesmo registro) e dá por essa escolha uma certa imagem de si mesmo. Seu *ethos* é aquele de um justiceiro que denuncia as torturas ao revelá-las. Aliás, o texto de sujeito indeterminado ou de voz passiva cria uma entidade vaporosa mas cruel e desumanizante “põe-se-lhes uma marca vermelha (que se tem de relacionar com o tratamento sofrido pelo gado), torturam-nos, quebram-se-lhes os pés”. O jornalista descreve um processo: a prisão, a triagem, a transferência, processo que desperta de novo dolorosas recordações, mas em nenhum momento ele explica as proezas do exército israelense. O leitor intérprete deduz: há desencadeamento da brutalidade militar contra o oprimido. Recontextualizar a situação seria, por exemplo, velar por citar simultaneamente esse médico militar israelense (*Nouvel Observateur*, n. 1956, 02/05/2002) que explica a situação nestes termos:

Houve inocentes pegos nos combates, estou desolado, assegura David Zangen, um médico militar presente nos lugares. Mas não houve nem execução nem utilização de habitantes como escudos humanos. Esse campo era uma máquina para produzir terroristas. Devíamos fazer o que fizemos. Se tivéssemos querido matar civis, não teríamos tomado tantas precauções. Não teríamos feito bombardear o campo pela aviação. E o assunto teria sido regulado sem que tivéssemos vinte e quatro mortos.

Esse extrato do *Nouvel Observateur* mostra que a descontextualização não é uma obrigação, mas uma escolha. Outra retórica era possível, a passagem do *Nouvel Observateur* o prova.

---

5 Cf. Maingueneau, *L'énonciation en linguistique française*, (1984, p. 124-125). O autor arrola os verbos « verbos de comunicação » que, pelos significados de cada um e pelo papel de introdutores do discurso relatado, indicam que um ato linguístico foi completado. Certos verbos de comunicação, diz ele, como contar, demonstrar, inscrevem o discurso relatado numa tipologia. Outros situam o discurso relatado na cronologia discursiva, como responder, repetir, concluir. Alguns explicitam a força locutória, como suplicar, prometer. Certos verbos, como pretender, pressupõem a verdade ou a falsidade do discurso citado que se lhe segue; o verbo revelar, ao contrário, pressupõe a verdade da completiva.

## 5. A incitação ao ódio

É no caso desse gênero de citações que se pode melhor avaliar a utilidade dos pontos adquiridos seguintes: E1 não tem de assumir a responsabilidade de E2, mas é ele quem, entretanto, selecionou os dizeres de E2 e ainda quem escolheu comentá-los ou permanecer silencioso, caso em que o auditório pode interpretar: quer ele se cale e é neutro... quer ele compartilhe do ponto de vista de E2 e renuncie então a mostrar o que é problemático e a distanciar-se disso.

“Zbede julgaria as operações militares mais eficazes, conta seu irmão Mohamed, 26 anos. Israel mata muitos civis palestinos todos os dias. Por que não teríamos nós o direito de matar israelenses?” Sobre o teto da casa familiar que domina Jénine, Mohamed designa as ruínas do campo. “Após o que eles fizeram aqui, como podem imaginar que a Intifada vai parar? Olhem, lá embaixo se percebe a uma dezena de quilômetros a cidade israelense Afula. Quem nos poderá impedir de ir lá pôr uma bomba? (*Nouvel Observateur*, n. 1956, 02/05/2002).

Notar-se-á, várias vezes, que as citações de caráter odioso e vingativo são para, a maior parte, citações de tapume seguidas de um silêncio metalinguístico. Isso põe em risco orientar a interpretação no sentido de uma visão dramática do conflito, que dá a este último aparências fatais de ciclo de violência insuperável. A emoção para a emoção leva à despolitização da apresentação do conflito. A ausência ou o silêncio faz sentido: o jornalista não comenta, não denuncia, não explica. Ele se contenta de escolher a citação que ele insere no discurso.

Ocorre o mesmo no exemplo seguinte:

« Acabamos de beber nossa última gota », contou-nos sexta-feira à tarde por telefone um habitante. “Os soldados deram o toque de recolher quatro horas quinta-feira mas não se achou nada para comer nem para beber nas lojas, pois eles não tinham deixado entrar ninguém na cidade”, lamentava-se Najah Jarrar, professor de sociologia na universidade An-Najah de Naplouse, logo que se ouviam distintamente na sua rua situada a 600 metros à entrada do campo os ruídos das rajadas de armas automáticas e das rodas dos carros sobre as calçadas. De sua casa, o homem afirma ver a rua principal do campo e de cada lado casas destruídas. “A direita israelense quer tomar toda a Palestina. Somos 3 milhões e eles querem fazer de nós simples residentes em região deles. Os kamikazes não são terroristas, eles morrem para a liberdade!” (*Libération*, 13/04/2002).

Não há comentário do jornalista, mas silêncio metalinguístico sobre essa frase. O jornalista não debate: ele relata os dizeres de Najah Jarrar <sup>6</sup> num modo puramente descritivo. Ora, para Maingueneau (1984), o silêncio, a lacuna são outro meio, muito mais difícil para determinar, de confirmar a tese de outrem. A ausência faria sentido como a presença.

Essa asserção não comentada é tanto mais forte quanto provém de um professor de sociologia da universidade An-Najah (o jornal menciona o nome, o título, a profissão, a universidade), personalidade universitária que, como sociólogo, deve saber explicar e interpretar os fenômenos sociais e ser responsável pela credibilidade de suas falas. O efeito sobre o leitor vai ser muito forte, pois citar uma autoridade é relacionar o verdadeiro, segundo Plantin (1996, p. 89). A fonte, citada no discurso direto, é então crível em razão de seu estatuto universitário. O leitor vai ficar na impressão de que os kamikazes que morrem para a “liberdade” não são terroristas. Se o jornalista não refuta tal afirmação, esta é validada “à revelia”. Ela arrisca desde então legitimar o recurso ao terrorismo, até mesmo aureolar de romantismo ou de humanismo os terroristas. O impacto do *pathos* pode ser tão forte que arrisca escapar a todo controle, como por exemplo suscitar a admiração para com esses “combatentes da liberdade”.

O discurso ideológico do professor de sociologia cria laços de causalidade entre os acontecimentos: o argumento, segundo o qual o “kamikaze” morre para a liberdade e para se desembaraçar da ocupação que anula a liberdade, justifica e legitima o terrorismo<sup>7</sup>. A ligação entre a luta do “kamikaze”, a ocupação e a liberdade se faz facilmente por este raciocínio: é a

---

6 Não é a primeira vez que essa personagem testemunha. Numa edição precedente do *Libération* (10/04/2002), Najah Jarrar foi entrevistado e suas conversações foram relatadas no discurso indireto (supõe-se que se trata da mesma pessoa, embora dessa vez seu título universitário não seja mencionado): «Junto ao telefone, ontem à tarde, um habitante, Najah Jarrar, nos afirmava que os israelenses tinham justamente acabado de lançar um novo ataque sobre o campo, bombardeando e atirando todos os azimutes. “Não há agora mais escolas e quase nem mais casas no interior do campo”, declara ele. » Perguntar-se-á se as palavras relatadas no estilo indireto são uma paráfrase mais ou menos fiel. Toca-se no problema da passagem do estilo direto ao estilo indireto, depois ao discurso relatado, e ao problema do relato polêmico das palavras (PLANTIN, 1996, p. 90). O que desejo sublinhar aqui é a maneira de fazer quase sistemática do jornalista: relatar as palavras de testemunhas palestinas sem comentá-las, verificá-las, recortá-las, nem contestá-las.

7 Num artigo do *Monde Diplomatique* – maio de 2002, Louis Pinto rejeita o princípio relativista e laxista segundo o qual «aquele que é terrorista para um é para outro um combatente da liberdade». Pinto problematiza a argumentação de um dos signatários de um manifesto de intelectuais americanos, Michael Walzer, em favor de uma mobilização contra o terrorismo. A explicação adiantada pelos intelectuais é que o terrorismo resultaria não da miséria, mas de um imaginário cultural que põe em relação a linguagem do Islã com os impasses da modernização econômica e política dos regimes do Oriente-Próximo.

ocupação que é responsável pela execução de atentados pelos kamikazes; estes aspiram somente a recuperar a liberdade. É a política de Israel que é diretamente posta em causa pelo sociólogo palestino com a cumplicidade do jornalista. O professor de sociologia tenta ao todo chamar à razão sobre a ocupação da direita israelense e acha a justificativa conhecida sobre o terrorismo, segundo a qual o kamikaze morre para a liberdade. Acha-se aí uma forma de incitação à violência.

Notemos que o jornalista emprega o verbo “lamentava-se”, que explicita a força locutória. Aliás, ele relata a situação: “... logo que se ouviam distintamente na rua, situada a 600 metros da entrada do campo, os ruídos das rajadas de armas automáticas e de rodas de carros sobre a calçada”. Ele confirma o cerco à cidade; depois continua: “De sua casa, o homem afirmava ver a rua principal do campo e de cada lado casas destruídas”. O jornalista se serve assim de Najah como de um testemunho ocular que relata o que vê, como na situação-diálogo. O *pathos*, suscitado pelo efeito de objetividade que constitui a citação, se situa no epidítico pela referência ao combatente da liberdade.

## 6. As declarações das associações humanitárias

A citação das declarações de associações humanitárias presentes em Jénine tem um impacto considerável, pois constitui um argumento de autoridade: essas associações são reputadas competentes e trabalham para o bem de outrem, mas devem, sobretudo, essa autoridade ao fato de que são ONGs (colocando-se então acima do conflito, apolíticas):

“O que vi aqui é absolutamente inaceitável, um horror que ultrapassa o entendimento. Os peritos que estão conosco têm o hábito das guerras, dos terremotos; dizem que nada viram de tal. É inaceitável que o governo israelense não tenha autorizado, durante onze dias, as equipes de salvamento a entrar no campo. É moralmente repugnante.” O representante pessoal do secretário geral da ONU no Oriente-Próximo, Terje Roed Larsen, não tem a reputação de perder facilmente seu sangue frio (*Nouvel Observateur*, n. 1955, 25/04/2002).

É o representante da ONU que se encarrega da descrição e do saber: ele viu como testemunha e sabe. A descrição é focalizada a partir da personagem que dela se encarrega, personagem – dizem-nos racional isto é confiável, que fala a verdade – que é conhecida por seu sangue frio e que não se deixa facilmente comover. A emoção e a indignação são veiculadas por termos axiológicos e / ou afetivos avaliativos: “repugnante”, “inaceitável”, “horror

que ultrapassa o entendimento” e pelos advérbios “absolutamente”, “moralmente”, que dão o tom respectivamente aos adjetivos “inaceitável” e “repugnante”.

O direito à palavra lhe é conferido pela instância internacional humanitária que ele representa. Ele tem o monopólio da palavra, como das ideologias, que confisca de uma só vez a palavra a outrem em razão da força de seus dizeres. É difícil contra-argumentar a autoridade de uma tal reação numa personagem que se caracteriza por sua ponderação e que não se poderia acusar de exageração. Especificando essas informações concernentes a Terje Roed Larsen, o representante pessoal do secretário geral da ONU no Oriente-Próximo, o jornalista constrói uma argumentação dificilmente refutável.

Essa longa citação do representante da ONU é relatada de maneira reduzida num outro enunciado (*Le Monde*, 21/04/2002). O jornalista do *Le Monde* escolheu encurtar as palavras de Larsen: “O enviado especial da ONU, Terje Roed Larsen, evocou “*um horror que ultrapassa o entendimento*”. Seu título honorífico é mais simples (“o enviado especial da ONU”). O jornalista escolhe aqui uma “encenação”: a citação de uma personagem, por transformação ou redução do enunciado de origem. Seu *ethos* é aquele de uma personagem concisa que não se embaraça com longos lengalengas. O domínio do real está entre as mãos do narrador. Então, quanto à nossa tentativa de demonstrar o caráter parcial da informação, concluir-se-á que uma das prerrogativas do jornalista concernentes ao discurso relatado é poder selecionar a citação ou uma parte desta para pô-la em inciso no contexto. Desde então, vê-se bem que o teor da citação é uma questão de escolha do jornalista:

“É uma das piores cenas de devastação que jamais vi”, constata Javier Zuniga, da Amnestrty internacional. “Trata-se de uma tragédia humana para milhares de palestinos inocentes”, explicava por seu lado o secretário de Estado adjunto (*Nouvel Observateur*, n. 1955, 25/04/2002).

O que é visível é a descontextualização do ponto de vista das ONG, sustentado por aquele do jornalista narrador e a retórica hiperbólica de Javier Zuniga, relatada (sem distância crítica?) pelo jornalista. Essa descontextualização está a trabalho na citação emocional relatada que não permite compreender os motivos da situação, por falta de explicações. O emprego do superlativo “uma das piores” e do advérbio “jamais” são marcas

de subjetividade e de amplificação. A percepção visual do enunciador (mostrar e fazer ver) é sinal de emoção: os substantivos axiológicos (“devastação”) e afetivo (“tragédia”) se associam à forma superlativa que marca também a indignação. A utilização do verbo de inciso “constatar” (segundo a definição do dicionário *Le Robert*: “estabelecer por experiência direta a verdade, a realidade de...”), vocábulo racional objetivo, contribui para a encenação da evidência: atesta a verdade do discurso citado e afeta ignorar a dimensão emocional da citação ao estabelecer a percepção objetiva da personagem que “viu”. O verbo em inciso “explicava”, na citação do secretário geral adjunto “Trata-se de uma tragédia humana para milhares de palestinos inocentes”, é inapropriado para introduzir essa citação, pois não é uma explicação. Trata-se de uma constatação emocional sobre a sorte dos palestinos.

### 7. A enunciação da indignação

A indignação dos habitantes é legítima, pois eles podem estar encurralados numa situação de guerra e de violência contra a vontade deles, mas a exploração argumentativa da fraqueza deles é problemática:

Após cinco dias de detenção, ele não reconhecia mais seu bairro. “*Não é mais Naplouse, é Beirute aqui!*”, exclama ele diante dos escombros de seu apartamento. Sua família esvaziou os lugares, mas ele não sabe onde ela se encontra (*Libération*, 11/04/2002).

A indignação de « Jihad » está contida na força elocutória da exclamação e da reformulação: “não é..., é ...”. Naplouse e Beirute são utilizadas como metonímias: de Naplouse a Beirute há uma escala de destruição, Beirute é aqui sinônimo de ruínas; o nome da cidade designa uma paisagem de ruínas. Na memória coletiva, Beirute aparece como uma cidade devastada pela guerra civil. A exclamação é a ação desencadeada pela representação de uma situação (DUCROT, 1984, p. 187): antes de ser informativa, produz efeito patético. Segundo Bally (1935 [1913]), a frase exclamativa é a expressão da linguagem da vida, do sentimento – e não aquela do pensamento. O abatimento de “Jihad” é compreensível, pois ele perdeu sua casa e sua família. Seus sentimentos são humanos e bem reais, mas, para interpretar a informação e para estar igualmente em condições de avaliar as responsabilidades dos protagonistas dos dois campos, é necessário que o auditório possa retranscrevê-la no seu contexto. Uma vez mais a descontextualização, entendida como omissão de

informações importantes e como “máquina” para fabricar *pathos* via citação, feudo por excelência das aparências de objetividade, está em obra.

A descontextualização está também em obra na expressão do desespero, que pode suscitar reminiscências, como no exemplo abaixo:

Diante da grande mesquita cujas vidraças foram roubadas em lascas, um jovem homem grita: “Só temos a Deus. Ninguém, ninguém, ninguém veio durante esses seis dias. Onde estava o mundo? Só Deus nos protege!” (Libération, 11/04/2002).

O problema da vitimização é colocado, e o *pathos* da solidão do fraco é explorado de maneira argumentativa. “Um jovem homem”, colocado em cena pelo jornalista, grita seu desespero e simboliza na grade de leitura do jornalista (que não fornece mais amplas informações e não explica a problemática da situação em Jénine) o desespero de todo um povo, o povo palestino. A questão retórica “Onde estava o mundo?” foi muitas vezes colocada após a Shoah. Inscrita na memória coletiva, ela se imporá certamente ao leitor europeu sem que o jornalista tenha necessidade de ser explícito. Alice Krieg-Planque (2003, p. 144, 147) analisa a circulação nos discursos midiáticos de formas e de palavras de ordem que têm o poder de reativar um esquema de leitura dado pelo genocídio judeu. Por exemplo, a palavra de ordem “isso nunca mais” ou “não podemos dizer que não sabíamos”. As palavras de ordem, diz ela, são vistas como lugares de discurso que fazem o objeto de debates na leitura do conflito. A questão “Onde estava o mundo?” teria, então, o poder de recorrer ao imaginário coletivo. Um outro subentendido poderia também fazer emergir a memória da Shoah: a assimilação implícita com a condição dos judeus e a ilusão polêmica na inversão dos papéis.

### **Considerações finais**

A exploração da citação com fins patéticos é uma estratégia que permite ao jornalista ser subjetivo sem manifestar nenhuma adesão explícita aos conteúdos relatados. Todavia, mesmo se não endossa a responsabilidade dos dizeres de outrem, o jornalista é responsável pelas conversações que selecionou e de que assim se apropriou. Efetivamente, o teor da citação (ou DR direto) e sua coerência é uma questão de escolha operada pelo jornalista. O “cenário” dos enunciados relatados no discurso direto, sem verbos em inciso, cria a ilusão de que a narrativa se segue naturalmente como numa realidade filmada / fílmica, contribuindo assim para o efeito de objetividade. É

através desse prisma que a citação constitui um dos lugares de inscrição inesperados e mesmo paradoxais do *pathos*. Aliás, a estratégia da descontextualização via citação, que é o feudo por excelência das aparências de objetividade, contribui para o *pathos*.

A priori puramente informativa, a citação tem de fato um poder emocional tão potente quanto desenvolvimentos subjetivos afetivos explícitos. Esse poder emocional está também presente no recurso do jornalista ao silêncio metalinguístico após a inserção de uma citação de caráter odioso ou que suscita indignação. A ausência de comentário no que respeita à forma de exploração argumentativa do DR pode ser percebida como uma adesão de sua parte, até mesmo uma posição de acusação. Existe então bem uma ligação como afirma Kerbrat-Orecchioni entre *pathos* e “avaliação” axiológica.

## Referências

AYAD, C. Défilé des prisonniers dans Naplouse fermée. **Libération** (12/4/2002). Disponível em: [http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/12/defile-de-prisonniers-dans-naplouse-fermee\\_400101](http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/12/defile-de-prisonniers-dans-naplouse-fermee_400101). Acesso: 14/04/2002.

\_\_\_\_\_. A Naplouse, la casbah dévastée. **Libération** (11/4/2002). Disponível em: [http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/11/a-naplouse-la-casbah-devastee\\_399920](http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/11/a-naplouse-la-casbah-devastee_399920). Acesso: 14.04.2002.

BALLY, C. **Le langage et la vie**. Genève: Droz, 1935 [1913].

CORNU, Y. Les fantômes de Jénine. **Le Point** (19/04/2002). Disponível em: <http://www.lepoint.fr/actualites-monde/2007-01-21/les-fantomes-de-jenine/924/0/62155#xtmc=les-fantomes-de-jenine&xtnp=1&xocr=1>. Acesso: 19/04/2002.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris: Editions de Minuit, 1984.

GRICE, H. P. Logique et conversation. **Communications** 30, p. 57-72, 1979.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation de la subjectivité dans le langage**. Paris : Armand Colin, 1999 [1980].

KOREN, R. **Les enjeux éthiques de l'écriture de presse et la mise en mots du Terrorisme**. Paris : L'Harmattan, Collection “Sémantiques”, 1996.

KRIEG-PLANQUE, A. **Purification Ethnique. Une formule et son histoire**. Paris : CNRS Editions, 2003.

**Le Monde** (21/04/2002). Disponível em: [http://www.lemonde.fr/archives/article/2002/04/21/dans-le-camp-de-jenine-un-ground-zero-palestinien\\_4235927\\_1819218.html?xtmc=dans\\_le\\_camp\\_de\\_jenine\\_un\\_ground\\_zero\\_palestinien&xocr=5](http://www.lemonde.fr/archives/article/2002/04/21/dans-le-camp-de-jenine-un-ground-zero-palestinien_4235927_1819218.html?xtmc=dans_le_camp_de_jenine_un_ground_zero_palestinien&xocr=5). Acesso: 21/04/2002.

**Le Point** (19/04/2002). Disponível em: <http://www.lepoint.fr/actualites-monde/2007-01-21/les-fantomes-de-jenine/924/0/62155#xtmc=les-fantomes-de-jenine&xtnp=1&xtcr=1>. Acesso: 19/04/2002.

**Le Robert**. Dictionnaire de la langue française. Dictionnaires Le Robert: Paris, 2006.

**Libération** (11/4/2002). Disponível em: [http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/11/a-naplouse-la-casbah-devastee\\_399920](http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/11/a-naplouse-la-casbah-devastee_399920). Acesso: 14/04/2002.

**Libération** (12/4/2002). Disponível em: [http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/12/defile-de-prisonniers-dans-naplouse-fermee\\_400101](http://www.liberation.fr/evenement/2002/04/12/defile-de-prisonniers-dans-naplouse-fermee_400101). Acesso: 14/04/2002.

**Libération** (13/4/2002). Disponível em: <http://www.liberation.fr/quotidien/semaine/020413-000003114EVEN.html>. Acesso: 14/04/2002.

MAINGUENEAU, D. **L'énonciation en linguistique française**. Paris: Hachette, 1984.

\_\_\_\_\_; CHARAUDEAU, P. **Dictionnaire de l'analyse du discours**. Paris : Seuil, 2002.

MOUILLAUD, M.; TETU, J-F. **Le journal quotidien**. Lyon : PUL, 1989.

**Nouvel Observateur**, n. 1956, 02/5/2002. Disponível em: <http://archives.nouvelobs.com/recherche/article.cfm?id=56736&mot=ienine&mm=04&mm2=05&aa=2002&>. Acesso: 02/05/2002.

OURDAN, R. Dans le camp de Jénine, un "Ground Zero" palestinien. **Le Monde** (21/04/2002). Disponível em: [http://www.lemonde.fr/archives/article/2002/04/21/dans-le-camp-de-jenine-un-ground-zero-palestinien\\_4235927\\_1819218.html?xtmc=dans\\_le\\_camp\\_de\\_jenine\\_un\\_ground\\_zero\\_palestinien&xtcr=5](http://www.lemonde.fr/archives/article/2002/04/21/dans-le-camp-de-jenine-un-ground-zero-palestinien_4235927_1819218.html?xtmc=dans_le_camp_de_jenine_un_ground_zero_palestinien&xtcr=5). Acesso: 21/04/2002.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'Argumentation. La nouvelle rhétorique**. Bruxelles : Edition de l'Université de Bruxelles, 2000 [1958].

PINTO, L. La croisade antiterroriste du professeur Walzer. **Le Monde Diplomatique**. Mai/2002. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2002/05/PINTO/16440>.

PLANTIN, C. Yougoslavie - Compte-rendu de la troisième rencontre ICE, ENS, Ulm. Paris, 1992..

REBOUL, O. **Langage et idéologie**. Paris: PUF, 1980.

ROSIER, L. **Le discours rapporté en français**. Paris: Ophrys, 2008.

Como citar:

SUKIENNIK, Claire. A contribuição das citações ao pathos nas narrativas de imprensa. Trad. Silvana Gualdieri Quagliuolo Seabra. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. esp. ADARR, p. 183-202, mai.2016.